



# República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XLI — Nº 130

CAPITAL FEDERAL

TERÇA-FEIRA, 14 DE OUTUBRO DE 1986

## SENADO FEDERAL

### SUMÁRIO

#### 1 — ATA DA 288<sup>a</sup> SESSÃO, EM 13 DE OUTUBRO DE 1986

##### 1.1 — ABERTURA

##### 1.2 — EXPEDIENTE

##### 1.2.1 — Mensagem do Senhor Presidente da República

Submetendo à deliberação do Senado a escolha de nome indicado para função cujo provimento depende de sua prévia aquarecência:

— Nº 457/86 (nº 637/86, na origem), referente à escolha do Senhor Marcílio Marques Moreira para exercer a função de Embaixador do Brasil junto aos Estados Unidos da América.

##### 1.2.2 — Aviso do Ministro de Estado da Fazenda

Referente ao comparecimento de S. Ex<sup>e</sup> ao Senado Federal, em atendimento à convocação constante do Requerimento nº 266, de 1986.

##### 1.2.3 — Comunicações da Presidência

— Extinção, pelo término do prazo, da Comissão Especial criada pelo Requerimento nº 86/86, destinada a realizar estudos sobre problemas atuais de saúde pública, com particular atenção à reinfestação do aedes aegypti, à epidemia do dengue e à insuficiente disponibilidade de soro antiofídico em Território Nacional.

— Manutenção, por decurso de prazo, do veto presidencial ao Projeto de Lei do Senado nº 147/82 (nº 5.327/85, na Câmara dos Deputados), que isenta de qualquer tributação os proventos da aposentadoria e dá outras providências.

##### 1.2.4 — Discursos do Expediente

*SENADOR AFONSO SANCHO* — Entrevista concedida pelo Presidente José Sarney a órgão da imprensa paulista, a propósito da atuação da esquerda em fomentar movimentos grevistas no País.

##### 1.3 — ORDEM DO DIA

— Trabalhos das Comissões.

##### 1.3.1 — Discursos apóis a Ordem do Dia

*SENADOR CESAR CALS* — Situação dos proprietários rurais de Itatiba — CE, em decorrência da perda das safras agrícolas. Lentidão na implantação da reforma agrária. Agilização do processo de financiamento do custeio agrícola para os proprietários rurais.

*SENADOR NIVALDO MACHADO* — Apreensão de S. Ex<sup>e</sup> sobre o anuncido encerramento das atividades da SUDHEVEA, em decorrência da reforma administrativa.

##### 1.3.2 — Designação da Ordem do Dia da próxima sessão

##### 1.4 — ENCERRAMENTO

##### 2 — MESA DIRETORA

##### 3 — LIDERES E VICE-LIDERES DE PARTIDOS

##### 4 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES.

## Ata da 288<sup>a</sup> Sessão, em 13 de outubro de 1986

### 4<sup>a</sup> Sessão Legislativa Ordinária, da 47<sup>a</sup> Legislatura

*Presidência do Sr. José Fragelli*

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

João Lobo — Cesar Cals — Afonso Sandro — Carlos Alberto — Amir Gaudêncio — Cid Sampaio — Nivaldo Machado — Luiz Cavalcante — Mata-Machado — José Fragelli — Arno Damiani.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — A lista de presença acusa o comparecimento de 11 Srs. Senadores. Havia número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º-Secretário irá proceder à leitura do Expediente.

É lido o seguinte:

### EXPEDIENTE

#### MENSAGEM DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Submetendo à deliberação do Senado a escolha de nome indicado para função cujo provimento depende de sua prévia aquarecência:

#### MENSAGEM

Nº 457, de 1986

(Nº 637/86, na origem)

Excelentíssimos Senhores Membros do Senado Federal:

De conformidade com o art. 42 (item III) da Constituição, tenho a honra de submeter à aprovação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor Marcílio Marques Moreira, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto aos Estados Unidos da

**EXPEDIENTE**  
**CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL**

**LOURIVAL ZAGONEL DOS SANTOS**

Diretor-Geral do Senado Federal

**JOSÉ LUCENA DANTAS**

Diretor Executivo

**JOÃO DE MORAIS SILVA**

Diretor Administrativo

**MÁRIO CÉSAR PINHEIRO MAIA**

Diretor Industrial

**PEDRO ALVES RIBEIRO**

Diretor Adjunto

**DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL**

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:

Anual ..... Cz\$ 92,00

Semestral ..... Cz\$ 46,00

Exemplar Avulso: Cz\$ 0,17

Tiragem: 2.200 exemplares.

América, nos termos dos arts. 56 e 59 do Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986.

2. Os méritos do Senhor Marcílio Marques Moreira, que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função, constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 13 de outubro de 1986. — José Sarney.

**INFORMAÇÃO**

**Curriculum Vitae**

**MARCILIO MARQUES MOREIRA**

Rio de Janeiro/RJ, 25 de novembro de 1931.

Filho de Mario Moreira da Silva e Noémia de Azevedo Marques Moreira da Silva.

Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, IRBr, 1954.

Bacharel em Direito, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 1956.

Mestrado em Ciências Políticas, Georgetown University, 1963.

Terceiro-Secretário da Embaixada do Brasil em Washington, D.C. (Chefe do Setor Financeiro), 1957/63.

Diretor substituto, interino, Fundo Monetário International e Banco Interamericano de Desenvolvimento, 1960/63.

Assessor do Ministro da Fazenda, 1963.

Assessor de Departamento de Operações Internacionais do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (BNDE), 1963/65.

Vice-Presidente Executivo da Companhia Progresso do Estado da Guanabara (COPEG), 1965/68.

Diretor Financeiro do Museu de Arte Moderna, Rio de Janeiro, 1968/71.

Professor (Pensamento Político Contemporâneo), Instituto Rio Branco, Rio de Janeiro, 1965/75.

Decano da área de Ciências Sociais, Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), 1968/80.

Membro do Conselho Diretivo do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (BNDE), 1974/80.

Membro do Conselho Diretivo da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), 1968/81.

Vice-Presidente Executivo do UNIBANCO, 1968/83.

Presidente do Instituto de Estudos Políticos (IEP), Brasília.

Presidente do Brasilvest, Brasilinter, Brazilian Assets.

Presidente do Itaparica S.A., Club Méditerranée.

Presidente do Instituto de Administração (Universidade Federal do Rio de Janeiro).

Membro da Diretoria Financeira, Universidade Católica de Petrópolis.

Membro da Fundação "Casa de Rui Barbosa", Museu Castro Maia.

Membro do Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM).

Membro do Comitê Diretivo da Conferência Atlântica.

Membro do Comitê Consultivo da Câmara de Comércio do Rio de Janeiro.

Membro do PEN clube do Rio de Janeiro.

Membro da "American Political Science Association".

Membro do "Center for Inter-American Relations".

Membro do Museu de Arte Moderna (Rio de Janeiro).

Membro do Instituto dos Economistas (Rio de Janeiro).

Membro do Instituto de Executivos Financeiros (Rio de Janeiro).

Membro do "International Club of Bank Economists" (ICBE).

**Livros Publicados:**

*Indicações para o Projeto Brasileiro* (Rio: Tempo Brasileiro, 1971).

*Poder, Liberdade e Desenvolvimento: Indicações para o Debate Brasileiro* (Rio: Tempo Brasileiro, 1980).

*De Maquiavel a San Tiago* (Brasília: Universidade de Brasília, 1981).

*Perfil Parlamentar: San Tiago Dantas* (Brasília: Câmara dos Deputados, 1983).

*Brazilian Quandary* (New York: XX Century Fund, 1986).

**Artigos Publicados:**

Jornal do Brasil, Correio da Manhã, Cadernos Brasileiros, Gazeta Mercantil, Relações Internacionais, Euromoney, Fundação Getúlio Vargas, Documentação e Atualidade Política, Índice, Escola Superior de Guerra, Digesto Econômico, Exame, Revista do Serviço Público, Government and Opposition, O Globo, Credit Suisse Bulletin, American Banker, Política e Estratégia, International Herald Tribune, Contribuciones.

O Senhor Marcílio Marques Moreira ocupa atualmente o cargo de Membro do Conselho Diretivo da União de Bancos Brasileiros S.A.

Secretaria de Estado das Relações Exteriores, em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 1986. — Paulo Monteiro Lima, Chefe do Departamento do Pessoal.

(À Comissão de Relações Exteriores.)

**O SR. PRESIDENTE** (José Fragelli) — O expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa aviso ministerial que vai ser lido pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido o seguinte

**AVISO N° 600**

9 de outubro de 1986

Senhor Presidente,

Tenho a honra de cumprimentar e de informar a Vossa Excelência, em resposta ao SM/Nº 597, de 22 de setembro de 1986, que comparecerei ao Senado Federal atendendo à convocação do Senhor Senador Jamil Hadad, conforme o Requerimento nº 266, de 1986, na data

que melhor satisfaça o Regimento Interno dessa Casa do Congresso Nacional.

Aproveito o ensejo para apresentar a Vossa Excelência os protestos de minha alta consideração e apreço. — **Dilson Funaro**, Ministro de Estado da Fazenda.

**O SR. PRESIDENTE** (José Fragelli) — O expediente lido vai à publicação.

A Presidência comunica ao plenário que, nos termos do art. 77, inciso II, do Regimento Interno, pelo término do respectivo prazo, extinguiu-se, em 10 do corrente, a comissão especial criada pelo requerimento nº 86, de 1986, destinada a realizar estudos sobre problemas atuais de saúde pública, com particular atenção à reinfestação do Aedes Aegypti, à epidemia do dengue e à insuficiente disponibilidade de soro antiofídico em Território Nacional.

**O SR. PRESIDENTE** (José Fragelli) — Esgotou-se, dia 3 do corrente, o prazo previsto no § 3º do art. 59 da Constituição, para que o Congresso Nacional deliberasse sobre o Projeto de Lei do Senado nº 147, de 1982 (nº 5.327/85, na Câmara dos Deputados), que isenta de qualquer tributação os provenientes da aposentadoria e dá outras providências, vedado totalmente pelo Senhor Presidente da República.

Nos termos do § 4º do referido dispositivo constitucional, o voto é considerado mantido.

A Presidência fará a devida comunicação ao Senhor Presidente da República.

**O SR. PRESIDENTE** (José Fragelli) — Concedo a palavra ao nobre Senador Afonso Sancho.

**O SR. AFONSO SANCHO** (PDS — CE. Pronuncia o seguinte discurso.) Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Há dias, desta tribuna, tive ocasião de chamar a atenção de meus ilustres pares e da Nação, em geral, para o trabalho solerte que vem sendo realizado pela esquerda visando a estabelecer um clima de comoção social em todo o País.

Focalizei os casos das greves políticas, irrompidas em cadeia, às invasões de próprios da União, às invasões de terra, o desprezo às leis, os insultos às autoridades, como forma de quebrar os valores que nos habituamos a respeitar, obedecendo a um plano estratégico destinado a extinguir o regime democrático.

Percebe-se claramente, pelo desencadeamento de desordens pontilhando vários pontos do Território Nacional, que existe um esquema montado para impedir que o Governo, usando instrumentos do regime democrático, possa enfrentar com êxito os problemas do povo.

Não há motivos econômicos que justifiquem a eclosão sucessiva de greves, pois o Plano Cruzado, não obstante algumas distorções, que precisam ser corrigidas, ofereceu melhores condições de vida à população, como evidência, de forma inequívoca, o aumento exagerado do consumo de bens e serviços. Portanto, as lideranças sin-

dicais, ao invés de fomentar movimentos paredistas, deveriam induzir os trabalhadores a cooperar com o Governo, que teve a coragem de enfrentar forças poderosas para implantar no País uma nova política econômica, voltada basicamente para a defesa dos interesses populares. Entretanto, o que se vê são figuras notórias da esquerda, ativistas da CUT, PT, MR-8, Convergência Socialista, PC do B e PC, agindo à socapa ou ostensivamente, na criação de um clima de luta entre o capital e o trabalho, obedecendo à tática dialética marxista. Tive magna satisfação ao ler, em um grande jornal paulista, declarações corajosas e oportunas do Presidente Sarney, que corroboraram minhas afirmações desta tribuna.

O Chefe da Nação, com sua autoridade e, pois com conhecimento dos fatos que se passam no âmago da vida nacional, lançou um brado de alerta contra as esquerdas radicais que, no seu entender, tentaram executar um plano destinado a paralisar o país, em outubro, e gerar o caos social. Esse plano, segundo o Presidente (que deve dispor de informações para fazer tal denúncia) previa a deflagração, em série, de greves de sentido político, em setores básicos da economia.

Esses movimentos paredistas surgiram simultaneamente com a agitação no campo e invasões de terra, onde fosse possível acirrar conflitos.

Afirmou o Presidente ter em seu poder documentos que comprovam a existência dessa trama dos extremistas, entre os quais se destacam os dirigentes da CUT.

O sinal de partida para a execução do plano era a greve dos bancários que, se vitoriosa, arrastaria em sua esteira várias outras que se sucederiam, com o objetivo de solapar a economia nacional. Tentaram paralisar a Cia. Siderúrgica Nacional, para atingir a COSIPA e outras siderúrgicas.

Pararam o trabalho no porto de Santos, mas não conseguiram espalhar o movimento por outros portos, como era seu propósito, a fim de criar condições insuportáveis ao embarque e desembarque de mercadorias. Fizeram tudo para desfilar greves nos Correios e Telégrafos e no Instituto de Previdência Social, chegando ao clímax se obtido sucesso nas primeiras iniciativas, com a parede dos metalúrgicos.

Estas palavras, com pequenas alterações vocabulares que não modificam seu sentido, não são nossas, mas do Presidente José Sarney, que, assim, conclama o apoio das lideranças responsáveis do país para combater e vencer a trama criminosa urdida pela esquerda, a fim de que a maioria silenciosa e acomodada, na qual muitos dormem o sono da omissão ou da convivência covarde, não seja colhida, às caladas da noite, pela audácia de uma minoria atuante. Precisamos abrir os olhos e ouvidos para ver e escutar os atos e palavras disfarçados, como faz parte da tática marxista, que procuram preparar o terreno para transformar o Brasil em uma "democracia popular", isto é, uma democracia de contrafação, à feição de Cuba e Nicarágua, onde a mais leve manifestação oposicionista, até em pensamento, é esmagada pela morte ou cruel aprisionamento dos adversários do governo.

O Presidente Sarney, em sua patriótica entrevista, ao comentar o texto de anteprojeto da Constituição elaborado por uma comissão de brasileiros notáveis, fez menção especial, condenando-a, à proposta de impedir que as Forças Armadas sejam garantidoras da ordem interna, o que poderia conduzir o país à anarquia, sem existirem instrumentos eficazes para detê-la.

"Pelo dedo se conhece o gigante", afirma um brocador popular. Por aquele dispositivo, visando a afastar as Forças Armadas da função primordial de garantir a segurança no País, verifica-se como, entre os notáveis, prevaleceu a linha esquerda que deseja entregar a Nação à sua própria sorte, exposta, à ação nefasta de grupos que pretendem valer-se da liberdade como um meio para exterminá-la, instituindo no Brasil uma "democracia popular", para uso da nova classe de privilegiados — a famosa nomenclatura, própria dos governos comunistas.

Com declarações à imprensa, o Presidente Sarney tranquilizou a Nação, quanto à sua posição de democrata de centro, receptível às reivindicações sociais dos segmentos mais modestos da população, acessível, portanto, a reformas justas em vários institutos jurídicos, a fim de adaptá-los à conjuntura sociológica contemporânea, mas contrário a mudanças radicais que importem no

desnaturamento do regime democrático e no aniquilamento da propriedade privada.

Bem haja, pois, essa definição, que nos dá a confiança de que o Presidente Sarney não permitirá que, nas mãos de um nordestino destemido, sejam destruídas pela esquerda, as tradições de liberdade, democracia e cristianismo do povo brasileiro.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

**O SR. PRESIDNETE (José Fragelli) — Passa-se à**

## ORDEM DO DIA

A pauta da presente sessão, nos termos do art. 197, alínea a do Regimento Interno, destina-se a trabalhos das Comissões.

**O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Volta-se a lista de oradores.**

Concede a palavra ao nobre Senador Cesar Cals.

**O SR. CESAR CALS (PDS — CE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:**

O Ceará, como de resto o Nordeste brasileiro, sofreu durante anos sucessivos, prolongadas estiagens com danosos e irremediáveis efeitos na sua agricultura e pecuária.

No decorrer desse triste período, milhões de brasileiros nordestinos enfrentaram as mais duras adversidades, inclusive a fome e a miséria, aumentando, principalmente, a mortalidade infantil em razão da subnutrição. A situação econômica foi profundamente atingida, afetando sensivelmente as combalidas finanças públicas, gerando, em consequência, graves distorções na área social, provocadas, especialmente, pelo processo migratório, ocasionando o desenlace de famílias inteiras.

Hoje, porém, Sr. Presidente, a situação embora invertida, em função do copioso inverno ali registrado, outros problemas de igual extensão também se afiguram no meu Estado.

É que as enchentes que inundaram o solo cearense, apresentam agora negativos reflexos na safra de produtos básicos da nossa agricultura, comprometendo, mais uma vez, as atividades rurais desenvolvidas na região.

Representativas lideranças do Município de Itatira, me encaminharam um documento, historiando os momentos de penúria que estão atravessando os agricultores ali residentes, em face dos enormes prejuízos causados pela reduzida safra.

Em Itatira, conforme relata o aludido documento, os agricultores, praticamente sem exceções, estão passando sérias privações. Uns não possuem os indispensáveis meios para comprar alimentos para a sua própria sobrevivência, enquanto outros não têm a mínima condição de saldar as suas obrigações bancárias, onde contrataram empréstimos do custeio agrícola.

Torna-se, Sr. Presidente, altamente necessária a presença do Governo federal, através da abertura de "Frentes de Serviços" para a população pobre e a imediata execução do PROAGRO para os que obtiveram financiamentos para o custeio agrícola no presente exercício.

Devo destacar que o algodão, principal cultura de Itatira, foi completamente perdido, em função da praga do bicho, a qual deveria, na época oportuna, ter sido debelada pelos órgãos estaduais que, infelizmente, continuam inertes e indiferentes aos problemas que se avolumam no meu Estado.

É realmente triste que as prioridades para a agricultura, amplamente divulgadas, não tenham até hoje saído da retórica para uma ação real, capaz de eliminar as pragas agrícolas, através da utilização de eficazes mecanismos que impeçam a redução dos níveis da nossa produção.

Dante de tantos danos, muitos deles causados pela incompetência do Governo estadual, grande parte da população de Itatira já vem se deparando com a fome, doenças e outros males provenientes da falta de alimentos, com incidência maior nas crianças e pessoas de idade mais avançada.

Os proprietários rurais que, heroicamente, salvaram os seus rebanhos nos cinco anos consecutivos de seca, estão agora na iminência de vendê-los para saldar as dívidas contraídas com as entidades creditícias, as quais financiaram o respectivo custeio agrícola.

Para que os Senhores tenham uma idéia sobre as apreensões que cercam os proprietários rurais de Itatira, passo a enumerar as estimativas de perca das safras dos produtos agrícolas:

- safra do algodão — perda em torno de 90%.
- safra do milho — aproveitamento de apenas 50%.
- safra do feijão — perda em aproximadamente 80%.
- outros produtos — 70% comprometidos.

Pelos números mostrados, Sr. Presidente, é realmente dramática a situação dos agricultores, merecendo dos poderes públicos urgentes providências, a fim de que seja evitado que o flagelo se estabeleça na sofrida população de Itatira.

Por estas razões, faço um veemente apelo às autoridades governamentais, no sentido de que sejam executadas sérias medidas, até mesmo por uma questão de humanidade, com a finalidade de resolver, pelo menos parcialmente, a grave situação. É necessário que o poder público manifeste a sua solidariedade através de uma ação bem coordenada, a fim de que o povo, que ainda acredita na sua representação política, possa se sentir confortado e consciente de que as suas reivindicações são consideradas com responsabilidade.

Desejo também, Sr. Presidente, cobrar do governo maior pressa para a implantação da reforma agrária, tendo em vista que as medidas governamentais até aqui anunciam não alcançaram nenhum efeito prático.

A lentidão que vem caracterizando o processo de reforma agrária tem induzido a violência, além de gerar a desconfiança nas ações do governo federal, que a meu ver precisa encarar o problema com a velocidade que ele merece.

Volto, porém, Sr. Presidente, a defender uma reforma agrária justa e com total observância dos preceitos legais. As terras a serem desapropriadas devem antes passar por exames criteriosos, a fim de que as áreas realmente produtivas sejam respeitadas.

Mas, para que o plano agrário brasileiro possa ser viabilizado, além das terras destinadas aos agricultores, deve-se oferecer também os necessários condicionamentos, inclusive novas linhas de crédito agrícola, para uma produção abundante que, sem dúvida, solucionaria o problema de abastecimento, ao mesmo tempo em que se resolveria definitivamente a situação dos trabalhadores rurais que anseiam por um pedaço de terra.

Quero, finalmente, Sr. Presidente, advertir as autoridades governamentais, no sentido de que seja agilizado o processo de financiamento para os proprietários rurais que continuam sem a obtenção de créditos para o custeio agrícola, o que vem provocando momentos de apreensão e desconfiança nos diferentes segmentos da nossa comunidade rural.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Concede a palavra ao nobre Senador Nivaldo Machado.**

**O SR. NIVALDO MACHADO (PFL — PE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:**

Não desejando indagar da oportunidade ou do mérito da iniciativa governamental destinada à ampla e profunda reforma administrativa — providência de resto comprovadamente necessária e já em plena execução — limito-me, na oportunidade deste pronunciamento, a consignar a minha apreensão ante o anunciado encerramento das atividades da SUDHEVEA.

Sem embargo de as medidas desflagradas pelo Presidente José Sarney nesse campo me merecerem o mais efusivo aplauso, posto que se integram ao complexo de providências de enxugamento da máquina administrativa, com vistas à imperativa diminuição do déficit público, receio, pelos argumentos que adianto vou expender, que uma eventual extinção daquela Superintendência leve à inevitável falência a indústria brasileira de borracha natural.

No cerne das minhas preocupações está o fato de que o Brasil, que já foi o único produtor mundial desse bem econômico, estará inteiramente na dependência de importações do produto, no caso de se confirmar a extinção do Órgão.

Essa é também a avaliação da Associação Brasileira de Produtores de Borracha Vegetal, cujos integrantes mostram-se igualmente alarmados com as informações

acerca de fechamento da SUDHEVEA, mobilizando o setor e as autoridades políticas e administrativas do País "no sentido de se repensar tão drástica solução", tendo em conta que tudo e todos não podem prescindir do transporte rodoviário, que depende de pneus, e estes precisam da borracha para a sua fabricação.

Como se observou no ano passado, por ocasião da greve dos motoristas de caminhão, a cidade do Rio de Janeiro possuía estoques de alimentos para atender a apenas cinco dias de consumo, numa demonstração inequívoca de que as populações desse e de outros grandes centros urbanos dependem dos gêneros produzidos em outras áreas, transportados, em 90% dos casos, por via rodoviária — vale dizer: sobre pneumáticos aqui produzidos, com matéria-prima nacional e estrangeira.

Como se sabe, há pouco mais de 100 anos o País era o único produtor de látex em todo o mundo. A borracha era abundante, fazendo a riqueza de cidades como Belém e Manaus, principais beneficiários das exportações do produto. Todavia, a colonização inglesa da Malásia introduziu o cultivo racional da *hevea brasiliensis*, a partir de mudas levadas do Brasil, desenvolvendo plantações no sistema de curva de nível, corretamente adubadas e enxertadas com copas selecionadas.

Enquanto aqui se praticava a extração predatória dessa dádiva da natureza, lá a borracha passou a ser tão negociada quanto o trigo, a soja e o ouro, elevando o país, ainda em 1946, à condição de controlador da produção mundial, e já então independente da coroa inglesa. As-

sim, o Brasil, que dominava o mercado mundial, regrediu à posição de importador de dois terços de seu consumo de borracha.

Conforme revelam os indicadores levantados pela Associação Brasileira de Produtores de Borracha Vegetal, chegou-se a esse ponto em face de não se aceitar que a borracha, no caso do Brasil, é mais estratégica do que o petróleo. Daí, consequentemente, escassearam os investimentos no setor, levando-o a um processo de contínua descapitalização nos últimos 5 anos, e agravado pelo re-presamento de preços no CIP.

Nesse caso, os preços pagos aos produtores apontam hoje uma defasagem de mais de 48%, significando evidente desestímulo ao setor, e a dependência tornou-se alarmante: para um consumo fixado em torno de 115 mil toneladas anuais, o país produz tão-somente 32 mil toneladas, em igual período.

Para tentar reverter essa situação, o Governo Federal desenvolveu, nos últimos anos, 3 Programas Nacionais de Borracha. Ambiconando o plantio de 380 mil hectares de seringais até 1986, o que asseguraria ao país o pleno atendimento da demanda dentro de 4 anos, esses Programas não ultrapassaram a marca dos 150 mil hectares plantados, à conta da correção monetária sobre os empréstimos dos produtores e das carências de assistência técnica, de extensão rural, de métodos de correção de solos, de adubação e, sobretudo, de crédito.

Visualizando esse quadro, penso que o Governo do Presidente José Sarney não admitirá que se venha a ex-

tinguir a SUDHEVEA, pois tal medida só poderá determinar o agravamento da já difícil situação do setor. Ao contrário, é justo supor que Sua Excelência, sensível ao problema, implemente providências que reconduzam o Brasil à posição de grande produtor de borracha natural.

Afinal, o Presidente não desconhece que 65% do transporte nacional são realizados sobre pneus, e que os estoques brasileiros correspondem a apenas uma semana de consumo das indústrias pneumáticas e de artefatos de borracha.

Além disso, a demanda interna cresce na ordem de 10% ao ano, sujeitando o País à importação de 70% do seu consumo, ao tempo em que nações mais desenvolvidas mantêm estoques estratégicos do produto, equivalentes às necessidades brasileiras em um decênio.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE** (José Fragelli) — A Presidência designa para a Ordem do Dia da sessão ordinária de amanhã a seguinte

## ORDEM DO DIA

### Trabalhos das Comissões

**O SR. PRESIDENTE** (José Fragelli) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 15 horas e 4 minutos.)